



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro,
realizada em 2 e 7 de setembro de dois mil e vinte e um

ATA Nº 05/2021

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, pelas 21H00, no Auditório Manuel Cabanas, sito na Urbanização do Palácio de Coimbra, Rua da Bandeira, 2830-330 Barreiro, teve início a Sessão Ordinária de setembro.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, e pelos Vereadores Sara Ferreira, Sofia Martins, Rui Braga, Zélia Silva, Paulo André Fernandes, Alexandra Silvestre e Bruno Vitorino.

A Ordem de Trabalhos encontra-se inserta na Ata como **anexo I**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, foi coadjuvado nos trabalhos pela Deputada Marta Batista e pelo Deputado André Antunes, respetivamente primeira Secretária e segundo Secretário da Mesa. Anunciou os pedidos de suspensão e de substituição.

Assembleia Municipal - Pedidos de suspensão
Carlos Humberto, substituído por Ricardo Teixeira
Assembleia Municipal - Pedidos de substituição
Ana Isabel Santos substituído por Maria Teresa Guerreiro
Dulce Reis substituída por Macário Dias
Paulo de Deus substituído por Sílvia Baião
Carla Aguiar substituída por Pedro Matos
David Rodrigues substituído por Ana Sofia Lopes
Ana Teresa Xavier substituída por Cláudia Bizarro
Rosalina Carmona substituída por José Carlos Marques
Vítor Castro Nunes substituído por Francisco Ferreira
Não foram substituídos
Susana Ramalho
Antonieta Bodziony
Alexandre Teixeira
Câmara Municipal - Pedidos de substituição
João Pintassilgo substituído por Zélia Silva
Rui Lopo substituído por Alexandra Silvestre
Sónia Lobo substituída por Cristiano Castanheira (ausente)

Estiveram presentes vinte e oito deputados, conforme lista de presenças inserta na Ata, como **anexo II**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, agradeceu a todos os Grupos Municipais o facto de terem cumprido o apelo para apresentação mínima de documentos do PAOD, no sentido de permitir o cumprimento do calendário da Sessão. Deu nota de que a pedido do Grupo Municipal do PSD, a votação da Ata seria efetuada na Reunião do dia 7. Informou que o Executivo tinha solicitado que os pontos 3.2 e 3.3 da Ordem de Trabalhos fossem votados para produzirem efeito, logo na primeira Reunião. Se possível seria votado igualmente o ponto 3.5.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, tendo havido consenso nesse sentido, por parte dos Grupos Municipais, na Reunião do dia 7, seriam apreciados os pontos 3.1 e 3.4., que consoante a vontade de todas as forças políticas teria uma grelha B.

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 44º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel Flores Sabino, relembrou que aguardava a resposta à questão colocada há um ano, sobre uma possível ilegalidade na cave do prédio em frente à Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho. **Anexo III.**

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, deixou um repto ao futuro Presidente da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, para que mudassem o Regimento no sentido de que, sempre que possível, os cidadãos pudessem ter resposta imediata às questões que colocassem.

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, enunciou os documentos apresentados, conforme mapa infra, e **anexo IV.**

A	BE	RECOMENDAÇÃO – REDE INTERNACIONAL DE CIDADES REFÚGIO
B	PAN	MOÇÃO – ADOÇÃO TRANSVERSAL DE POLÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
C	PS	SAUDAÇÃO – ATLETA OLÍMPICA BARREIRENSE LILIANA CÁ

O Deputado Durval Salema, apresentou o documento B, fazendo um breve resumo em que exortou os Eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a que neste mandato e no próximo tivessem em conta todos os relatórios divulgados por vários organismos, e levassem muito a sério todas as questões relacionadas com a emergência climática e ambiental. Enunciou as recomendações que o Grupo Municipal do PAN tinha apresentado ao longo do Mandato, em relação ao tema. Em nome do seu Grupo Municipal, pediu para se associar aos documentos “A” e “C”.

O Deputado André Brás dos Santos, fez a leitura do documento “C”.

O Deputado Francisco Alves, justificou a apresentação do documento “B”, por considerar demasiado séria a questão dos direitos humanos, nomeadamente a situação atravessada pelo povo afegão, apelando a que de futuro todos pudessem equacionar que o Barreiro, dentro das suas capacidades, passasse a integrar a Rede das Cidades Internacionais de Refúgio. Em nome do seu Grupo Municipal associou-se aos documentos “B” e “C”.

A Deputada Cláudia Bizarro, deu a conhecer que o Grupo Municipal do PSD se pretendia associar ao documento “C” do Partido Socialista e justificou o porquê.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, no seguimento do repto lançado aos Coordenadores das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal, para apresentação de um Relatório de Atividades, questionou quem se queria pronunciar sobre os mesmos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Francisco Alves, na qualidade de Coordenador da Comissão Permanente de Ambiente, Sustentabilidade, Mobilidade e Qualidade de Vida, referiu que a forma como tinha sido feito o trabalho das Comissões valorizava a Assembleia Municipal, mesmo feito no contexto da pandemia e era um sinal de que, no futuro se poderia trabalhar melhor ainda. Valorizou o facto de o trabalho desenvolvido pela Comissão ter sido feito com a participação de todos, num sentido comum, sem partidarização. O Relatório encontra-se inserto na Ata como **anexo V**.

O Deputado Ricardo Teixeira, na qualidade de Coordenador da Comissão Permanente de Finanças, Administração e Descentralização, pediu para constar em Ata, que tinham sido detetadas duas grelhas no texto do Relatório, referiu-as e pediu a sua correção. Afirmou que a Comissão tinha como primeiro objetivo conseguir que todos os deputados tivessem acesso atempado à informação financeira, para tirarem dúvidas e trazerem uma melhor discussão política, a cada Assembleia Municipal. O objetivo tinha sido alcançado com a colaboração do Executivo Camarário e do Serviços Financeiros. Pessoalmente considerou ter sido interessante o desafio de trabalhar com um conjunto de deputados com ideologias e maneiras diferentes de ver as coisas. Mais considerou que tinham sido três anos desafiantes a vários níveis, entre eles a pandemia, e que, graças aos Serviços da Assembleia, tinha sido possível contactar todos via zoom, continuando assim o trabalho. Agradeceu a colaboração de todos. Concluiu que a Comissão poderia fazer outras coisas para além da apreciação dos documentos financeiros e desejou que a próxima Comissão pudesse melhorar o trabalho feito. O Relatório encontra-se inserto na Ata como **anexo VI**.

A Deputada Marta Batista, na ausência da Coordenadora da Comissão Permanente de Saúde, Direitos Sociais e Cidadania, referiu que não tinha sido possível cumprir na integra o Plano de Atividades delineado, devido às limitações da pandemia. Explicou que tinham sido feitas várias reuniões com entidades internas e externas e com o Executivo, que sempre tinha estado disponível para os esclarecimentos necessários. Igualmente explicou que não tinha sido possível fazer uma homenagem à Comunidade de Saúde Local, devido à pandemia e que a intenção, sendo anterior a esta, tinha mostrado e reforçado ainda mais, a importância de todos os profissionais de saúde, esperando que a mesma pudesse vir a ser realizada por quem sucedesse à Comissão, e que, o trabalho iniciado pudesse vir a ter continuação no futuro. Elogiou o espírito democrático e de entreatajuda dos elementos da Comissão a quem agradeceu, bem como a todos os que tinham colaborado e reunido com a Comissão. O Relatório encontra-se inserto na Ata como **anexo VII**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, agradeceu a disponibilidade do Executivo Municipal, nomeadamente o Presidente da Câmara Frederico Rosa, ao Vice-Presidente João Pintassilgo, à Vereadora Sara Ferreira, aos Vereadores Rui Braga, Rui Lopo e Bruno Vitorino pela disponibilidade de terem estado sempre disponíveis para reunir quando suscitados.

O Deputado Luís Pedro Cerqueira, na qualidade de Coordenador da Comissão Permanente de Planeamento, Obras e Desenvolvimento Económico, enalteceu e saudou a boa prática democrática, de há vários mandatos existirem Comissões temáticas no âmbito da Assembleia Municipal do Barreiro, prática não transversal a todos os municípios. Sugeriu que, para mais repercussão do trabalho das Comissões pudessem ser realizadas assembleias temáticas para discussão de algumas matérias. Agradeceu ao Executivo a disponibilidade de participar em reuniões e prestar esclarecimentos em temas para o desenvolvimento, como infraestruturas, equipamento e estruturação do território, fundamentais para a afirmação do Barreiro e para a sua futura valorização



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquanto Cidade. Fez votos de que o trabalho das Comissões continuasse, em prol da democracia, na Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, deu a conhecer a existência de um problema técnico quanto ao som, os Serviços estavam a tentar superar, mas a gravação estava assegurada.

O Deputado José Paleta, por ser a última intervenção que iria fazer na Assembleia Municipal ao fim de doze anos, dirigiu-se aos Grupos Municipais do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda e do PAN, para os saudar, lamentar e pedir desculpa se, inadvertidamente, tinha tratado alguém no plano pessoal, ou como inimigo. Manifestou honra em ter participado no Grupo Municipal da CDU, por nele imperarem a solidariedade e valores que a atual sociedade tende a desvalorizar, exemplificando com o facto de qualquer Deputado da Assembleia da República, do Parlamento Europeu, ou das Autarquias Locais não ser beneficiado ou prejudicado remuneratoriamente nos cargos políticos, em relação à sua atividade profissional, conforme inscrito nos Estatutos do Partido Comunista Português. Iria continuar a defender esse princípio noutras tarefas que o Partido lhe confiasse, solidário com os seus camaradas e com os democratas que defendam o povo barreirense. Lamentou que não tivessem sido cumpridas algumas coisas, lamentou a posição assumida pelo Município em relação ao Novo Aeroporto Internacional de Lisboa, e por ir embora sem ter recebido por escrito, conforme prometido pelo Presidente da Assembleia Municipal, a entrevista em que o Presidente Carlos Humberto afirmava defender o Aeroporto no Montijo. Manifestou desgosto por a comunicação social, nomeadamente a Revista Visão ter posto em causa a seriedade dos eleitos do Barreiro, ao misturar a Quinta do Braamcamp com “a caldeirada” do caso de Vila Real de Santo António e do Deputado Gameiro do Partido Socialista, Advogado da Empresa interessada na Braamcamp. Lamentou a imodéstia da resposta dada pelo Vereador, à pergunta colocada pelo seu camarada de Bancada, sobre a questão.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, estava convencido de que o áudio e o clipping sobre a entrevista tinha seguido para todos, e afirmou que seria enviado de imediato. Elogiou o Deputado José Paleta pela forma elevada com que tinha colocado as divergências, as suas intervenções eram aquelas a que prestava mais atenção, considerou-o como um exemplo de integridade democrática, afirmou o seu respeito como Homem e como Político, quase sempre, e desejou-lhe felicidades pessoais. Considerou ter cabimento o pedido de defesa da honra feito pelo Vereador Rui Braga, e deu-lhe a palavra.

O Vereador Rui Braga, registou o seu respeito pelo percurso político do Deputado José Paleta, e justificou o pedido de defesa da honra por considerar uma vergonha, que o Deputado tivesse afirmado ao falar da Braamcamp, que tinha sido colocada em causa a idoneidade dos Eleitos do Barreiro, quando ninguém tinha posto isso em causa. Afirmou que o que tinha pretendido fazer, apenas o alimentava pessoalmente e ao seu Partido, não tinha problema com o processo da Braamcamp, nem com nenhum outro e que podia ficar tranquilo que os Eleitos não tinham nada a esconder. “Tenho pena que o Senhor saia no dia que se está a despedir desta Assembleia, vá com desgosto sobre a idoneidade dos Eleitos da Cidade do Barreiro”, disse.

O Deputado José Paleta, “Eu não tenho nenhum desgosto pela idoneidade dos Eleitos, o que eu disse é que tinha desgosto pela minha terra. Eu gosto do Barreiro, não gosto é do Sr. Deputado, não gosto de si, do Sr. Vereador.”, disse. Acrescentou que a notícia era pública, tinha saído num órgão da comunicação social, notícia que deveria ter sido esclarecida de imediato pela Câmara, bem como o Vereador quando questionado.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Perguntou o porquê de o Partido Socialista, a partir dessa data, ter deixado de falar da Braamcamp. “Para mim, o silêncio do Partido Socialista até é incomodativo.”, concluiu.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, deu nota de que em Portugal, ao longo dos tempos, nenhum partido se tinha queixado mais de perseguição da imprensa do que o Partido Comunista, por vezes com razão, outras sem ela. Na qualidade de Presidente do Partido Socialista no Barreiro, deixou um abraço de reconhecimento ao Vereador Rui Braga, com a certeza de que, desde que existiam autarquias locais, alguém tivesse feito tanto, ao mesmo tempo que era tão difamado. Manifestou orgulho em que tivesse servido o Município, com a convicção de que nas horas dedicadas, tinha feito o que o seu saber lhe permitia, convicto também de que ninguém tinha mudado tanto a Cidade como ele. Deixou a referência para que não houvesse nenhum silêncio e para que o Vereador não saísse a pensar que o seu Partido e o seu Presidente partidário tinham alguma dúvida, ou quisessem guardar algum silêncio. “Deixo-lhe um muito ruidoso obrigado e desejar-lhe que continue a cumprir as suas funções o melhor que possa”, terminou.

O Deputado Isidro Heitor, comentou que algumas coisas que pretendia falar, já tinham sido ditas pelo Presidente do seu Partido. Sugeriu mais cuidado na elaboração dos documentos do PAOD, por parte de alguns Grupos Municipais, que sendo de índole nacional, não estavam convertidos no sentido de obterem consenso em Assembleia, frisando que muitos dos temas abordados já eram de preocupação transversal, nomeadamente os climáticos e ambientais. Referiu como importante e salutar o debate e a divergência política quanto aos aeroportos e quintas e a diversidade de opiniões. Mais referiu que tinha gostado do início da intervenção do Deputado José Paleta, mas como responsável de Bancada, e tendo estado na oposição na Assembleia, nunca tinha sentido que os eleitos da Câmara Municipal, independentemente do partido representado, se tivessem deixado levar por interesses económicos, em detrimento dos do Município, pelo que rejeitava claramente as afirmações por ele proferidas, em relação a um Vereador do Partido Socialista. Concordasse ou discordasse o Vereador tinha sido altamente ativo e tinha posto a Cidade a andar nos últimos quatro anos, em nome da sua Bancada deixou um abraço de solidariedade ao Vereador Rui Braga, e desejou que voltasse a ser eleito e continuasse a trabalhar para a Cidade do Barreiro. Afirmou que repudiava os ataques de que era alvo na comunicação social o Partido Comunista, e frisou que não era justo que a Bancada da CDU, na pessoa do Deputado José Paleta tivesse aproveitado para relevar uma notícia de revista, quando se estava a caminho de eleições autárquicas, e tivesse feito a intervenção em relação ao Vereador Rui Braga e ao Executivo atual em relação à Quinta do Braamcamp e a determinado tipo de interesses. “... continuo a dizer que ao longo dos anos entendo que, na minha análise, toda a vereação que passou pelo Município do Barreiro, que se saiba, foram pessoas que exerceram o respetivo mandato defendendo os interesses do Barreiro, e o mesmo se passou neste.”, terminou.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, fez o ponto de situação da anomalia técnica registada, e as démarches que estavam a ser feitas para a superar.

O Deputado Rogério da Ponte, comentou que era a última noite como Deputado Independente pela Bancada do PSD, que saía com recordações de momentos positivos ao longo dos quatro anos de exercício, mas não com o sentimento de dever cumprido, e explicou porquê. Afirmou como positivo o trabalho desenvolvido pela Comissão em que tinha participado, em que todos tinham feito o melhor possível, de uma forma honesta e íntegra. Mais afirmou que o que tinha ouvido cinco minutos antes, não dignificava em nada a Cidade e os barreirenses, que só tinham a ganhar, se se elevasse o discurso



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

político, apresentando projetos com conteúdo e com valor, com estratégia, com criação de emprego e de riqueza. “Esta coisa de pedradas uns para os outros, da Braamcamp, do Aeroporto do Montijo, em nada dignifica a nós todos.”, concluiu.

O Deputado José Caetano, teceu considerações sobre a avaria técnica detetada no aparelho de transmissão da Sessão, esperando que a mesma tivesse sido mera coincidência. Disse ter sugerido ao Presidente da Assembleia realizar a Sessão de setembro após as eleições, a exemplo do que tinha feito a CDU em mandatos anteriores, por ser inevitável que se gerassem tentativas de esclarecimento por parte de cada uma das forças políticas, às questões que consideravam mais importantes e atuais. Acusou a gestão do Município de, nos últimos quatro anos ter utilizado a mentira como arma, exemplificando com a publicação do Livro sobre os 500 anos da existência do Barreiro como entidade administrativa autónoma, com a notícia de propaganda sobre a instalação da SOGENAVE em Palhais e a criação de centenas de postos de trabalho no Barreiro, e argumentou os factos. Pôs em causa a concretização das candidaturas aos fundos comunitários e do destino dos seus dinheiros, exemplificando com a candidatura da AUGI da Penalva e da candidatura do Bairro Alves Redol.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, lamentou ter que apresentar o protesto, que não era contra a CDU, contra o PCP ou o PEV, era apenas pelo comportamento do Eleito José Caetano. Como Presidente da Assembleia Municipal não podia aceitar que o Deputado José Caetano viesse insinuar, iludir e mentir. Considerou gravosa a insinuação de a avaria na transmissão ser mera coincidência, apresentou a peça que tinha avariado e lançou o repto de o Deputado fazer a sua reparação. Considerou mais gravosa ainda, por ser mentira, a insinuação de ter sugerido a não realização da Assembleia Municipal. Acusou-o de insinuar, mentir e iludir quem estava a ouvir e fez prova de que se tinham realizado Assembleias, em dois mil e dezassete, dois mil e treze, dois mil e nove, e que, em todas elas o Deputado tinha estado presente. Pediu-lhe respeito pela verdade e desafiou-o a desmentir tudo o que tinha afirmado. “Venha contradizer a história, venha contradizer as atas e se por fim puder arranjar o conversor, teve alguma utilidade as suas mentiras.”, protestou.

O Deputado José Caetano, respondeu que infelizmente não era técnico de informática, que o problema não era dele, e que podia fazer a interpretação que quisesse do que estava a acontecer. Afirmou que tinha estado com o mandato suspenso durante algum tempo e estava convicto de que o que tinha dito em relação à não realização de Assembleias antes das eleições, era verdade. Afirmou também, que tinha sugerido a não realização da Assembleia antes do período eleitoral, na vídeo reunião da Comissão de Planeamento, em que sugerira que se evitasse a discussão pública do PDM, nesse mesmo período.

O Deputado Francisco Alves, considerou que os galões da antiguidade de alguns partidos valiam pouco, e que os documentos apresentados à Assembleia significavam a intenção do partido proponente. Afirmou que na Conferência de Representantes tinham sido estabelecidos critérios de autocontenção sobre a matéria de tempos e, por isso, o Bloco de Esquerda não iria fazer campanha.

O Deputado André Brás dos Santos, contestou a intervenção do Deputado José Caetano sobre o apagar da história no Livro dos 500 anos da existência do Barreiro, que considerou um trabalho bem estruturado e documentado, enalteceu o trabalho de excelência feito pelos investigadores António Camarão e Fernando da Mota. Frisou que a história não estava a ser apagada, que o debate devia ser feito de ideias e não de ataques, e que não ficava nada bem ao Deputado a sua última intervenção na



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia. Saudou o PCP e todos os deputados que estavam a tecer as últimas palavras enquanto eleitos.

O Deputado José Paleta, pediu esclarecimento ao Deputado André Brás dos Santos sobre quando é que o Deputado José Caetano tinha atacado os dois prestigiados técnicos da Câmara, pois apenas tinha ouvido uma crítica. A história não podia ser vista como uma ciência exata, sendo vista pelos historiadores em função da sua classe social. O Deputado apenas estava em desacordo e tinha tecido considerações, por no Livro, nos últimos 150 anos não se valorizar a classe operária e trabalhadores do Barreiro, mas sim o empresário Alfredo da Silva.

O Deputado André Brás dos Santos, ficou esclarecido e provado, que então, do ponto de vista científico o Livro não apontava nenhuma mentira nem nenhuma omissão.

O Deputado André Antunes, questionou onde poderia encontrar as gravações da Assembleia Municipal dos Mandatos de dois mil e nove e dois mil e treze.

Os trabalhos foram interrompidos por cinco minutos para apreciação dos documentos.

Retomados os trabalhos, na presença de vinte e oito deputados, não tem havido pedidos de alteração, os documentos foram submetidos a votação:

A-RECOMENDAÇÃO–REDE INTERNACIONAL DE CIDADES REFÚGIO

Subscrito pelo Grupo Municipal do BE e do PAN

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(14), PSD(3), BE(2), PAN(1) e MCI(1) e abstenção da CDU (7) – Deliberação N.º 57/2021

B-MOÇÃO-ADOÇÃO TRANSVERSAL DE POLÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(14), BE(2), PAN(1) e MCI(1) e abstenção do PSD(3) e CDU(7) – Deliberação N.º 58/2021

C-SAUDAÇÃO ATLETA OLÍMPICA BARREIRENSE LILIANA CÁ

Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD, BE e PAN

Aprovado por unanimidade – Deliberação N.º 59/2021

O Deputado José Paleta, justificou a abstenção do Grupo Municipal da CDU ao documento “A”, por não acompanharem na totalidade a questão central do mesmo e estar omitida a estrondosa derrota dos Estados Unidos no Afeganistão, a imposição de padrões pela União Europeia e governos portugueses que tinham enviado para lá militares.

A Deputada Cláudia Bizarro, deu a conhecer que, não obstante a relevância do tema do documento “B”, apresentado pelo PAN, a abstenção do Grupo Municipal do PSD, tinha surgido pelo facto de entenderem os considerandos como a transcrição do plano de atividades dos quatro anos, e a parte deliberativa instar os atuais e futuros eleitos, vinculando assim, órgãos ainda não eleitos.

O Deputado Isidro Heitor, declarou que o Grupo Municipal do PS tinha votado a favor o documento “A”, por serem defensores dos direitos humanos e considerarem que, o que estava a acontecer era uma derrota dos direitos das mulheres e da dignidade dos seres humanos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.2 DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELAS DE TERRENO PARA AS NOVAS INSTALAÇÕES DO FUTEBOL CLUBE BEIRA-MAR;

A Vereadora Sara Ferreira, explicou que o Futebol Clube Beira-Mar necessitava de alargar as instalações balneárias e concorrer a um fundo para esse fim, pelo que a proposta ia no sentido de desafetar as parcelas adjacentes às suas instalações para o domínio privado do Município, para posteriormente ser feito um contrato de comodato com o Clube.

Colocado à votação o ponto 3.2 foi:

Aprovado por unanimidade – Deliberação N.º 60/2021

3.3 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2021;

A Vereadora Sara Ferreira, explicou que se tratava da integração no quadro, de sessenta auxiliares de ação educativa para dar apoio às salas de pré-escolar. Tinha sido aberto concurso para formalizar a situação das auxiliares do Município que se encontravam com contrato adstrito ao Protocolo de Descentralização de Competências e feito um reforço de pessoal, no sentido de criar uma bolsa que permitisse dar apoio às crianças com necessidades educativas específicas, bem como o acompanhamento dos anos escolares com tranquilidade e estabilidade. Tratando-se apenas de uma transição e vínculo, o impacto financeiro no Município era zero.

Colocado à votação o ponto 3.3 foi:

Aprovado por unanimidade – Deliberação N.º 61/2021

3.5 APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DO BARREIRO;

O Vereador Bruno Vitorino, fez um breve enquadramento do historial dos Cemitérios Municipais, que ao longo dos anos tinham estado um pouco ao abandono, sem atualização em termos de legislação, sem manutenção dos edifícios e sem condições para os seus trabalhadores. O atual Executivo tinha tentado colmatar algumas falhas recorrendo ao concurso para o Crematório, mas não fora possível. Ao assumir a responsabilidade dos Cemitérios há cerca de um ano, tinha-os encontrado no limite da sua capacidade, com os novos ossários praticamente cheios, sem ter havido preocupação em ter capacidade administrativa e operacional para cumprir o que estava previsto na lei, e fazer a gestão do território. A pandemia tinha posto em risco esgotar a possibilidade de realizar um funeral. Referiu o que tinha sido feito em termos de humanização dos espaços, nomeadamente: - a remoção de grafitis e pintura de fachadas exteriores, faltando apenas o da Vila Chã, onde se estavam a fazer exumações com o objetivo de garantir que não houvesse falta de espaço e de campas; a uniformização dos modelos das sepulturas temporárias; definição temporal do período de concessão dos ossários; tentar reformular os talhões abandonados dos Bombeiros e dos Combatentes; um conjunto de regras para dar mais dignidade e condições a quem trabalha e a quem visita os espaços; a conclusão da construção de um cendário no Cemitério da Vila Chã. Descreveu as causas que tinham levado à necessidade de adaptação do Regulamento nomeadamente a definição de um conjunto de procedimentos de acordo com o regime jurídico vigente. Explicou os motivos de enquadramento legal que tinham levado a que a proposta apresentada pela CDU em Reunião de Câmara, não tivesse sido aceite.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Qualificou como “miseráveis” as condições de trabalho dos trabalhadores dos Cemitérios, e como “cobarde” a forma com que se falava nas redes sociais, de um processo de consulta a várias entidades, da sua inteira responsabilidade, que tinha seguido todos os procedimentos legais e permitido que, com sessenta e tal mil euros, uma empresa do Barreiro, no dia anterior, tivesse iniciado o arranjo das casas de banho, dos balneários, dos vestiários, da sala de refeições, da copa e cozinha, para mais dignidade das condições de trabalho dos trabalhadores dos Cemitérios. Manifestou o seu desagrado por ver que aqueles que enchiam a boca com os trabalhadores, tivessem arrastado a situação durante tantos anos, e fossem aqueles que sem um pinga de vergonha, nas redes sociais levantassem dúvidas, maledicência e suspeições. Enalteceu o desempenho de todos os funcionários e, enquanto Vereador manifestou o seu orgulho pelo trabalho efetuado.

Colocado à votação o ponto 3.5 foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(14), PSD(3), BE(2), PAN(2) e MCI(1) e abstenção da CDU(7) – Deliberação N.º 62/2021

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, questionou o Plenário sobre o encerramento dos trabalhos antes da meia noite, não houve oposição. Deu nota de que a Assembleia Municipal do Barreiro tinha sido distinguida com o Prémio de Boas Práticas Democráticas pela ANAM, equivalente a um segundo lugar. Não tinha estado presente em representação da Assembleia Municipal por estar em confinamento, mas, na intervenção feita online tinha referido e enumerado todas as forças políticas existentes. O Assessor Emanuel Marques tinha tido a amabilidade de estar na Cerimónia de Entrega do Diploma e da Estatueta. Explicou que o Júri era composto por autarcas de todo o País que tinham avaliado várias categorias como a digitalização, a inovação, o tempo atribuído às forças políticas com menos representatividade, a descentralização e os meios tecnológicos. Aproveitou para instar o próximo Presidente de Câmara para dar continuidade e ainda mais meios, nomeadamente um quadro de tempos, a linguagem gestual sugerida pelo BE e o que fizesse falta à Assembleia Municipal.

Procedeu à leitura sucinta da Ata em Minuta, que foi:

Aprovada por unanimidade – anexo VIII.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, às vinte e três horas e trinta e seis minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e um.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro, realizada em 2 e 7 de setembro de dois mil e vinte e um

Aos sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, pelas 21H00, no Auditório Manuel Cabanas, sito na Urbanização do Palácio de Coimbra, Rua da Bandeira, 2830-330 Barreiro, teve continuação a Sessão Ordinária de setembro.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, e pelos Vereadores Sara Ferreira, Pedro Estrela, Rui Braga, Zélia Silva, Paulo André Fernandes, Alexandra Silvestre e Eduardo Correia.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, sendo a última Reunião do Mandato, endereçou saudações a todos os barreirenses, aos eleitos, e aos cidadãos que tinham participado. Afirmou ter sido um grande privilégio liderar a Assembleia Municipal, enunciou todos os que tinham participado nas Conferências de Representantes e na Mesa, a quem agradeceu particularmente, pois com o seu contributo tinham permitido uma liderança mais democrática e pessoalmente, lhe tinha permitido



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

crescer como político, como autarca e como cidadão. Referiu que tinha sido distribuído a todos os deputados municipais, a candidatura que dera o segundo lugar à Assembleia Municipal nas Boas Práticas de 2020 prémio que, conforme tinha dito na cerimónia de entrega não era do Presidente da Assembleia Municipal, não era do Partido Socialista era de todos os democratas do Barreiro. Registou com grande satisfação que a descentralização das sessões tinha sido expressiva, pois, das trinta e três sessões realizadas, dezassete tinham sido descentralizadas, era uma aposta ganha, que independentemente do resultado dos resultados das eleições autárquicas, gostaria de a ver continuada por ter aproximado o Órgão, das populações. Destacou o facto de, apesar de um episódio ou outro de maior fratura no debate político, a relação entre os autarcas se tinha pautado por um grande respeito. Agradeceu aos Serviços da Câmara Municipal a digitalização que tinha permitido fazer chegar as Sessões da Assembleia a um maior número de pessoas e informou que a avaria técnica registada na Reunião anterior, estava ultrapassada. Comentou que o Presidente da Câmara Municipal nunca tinha negado os meios solicitados pela Assembleia ou pelos seus grupos municipais, e desejou que de futuro se pudesse seguir a mesma conduta. Recordou que se tinha iniciado o Mandato homenageando todos os anteriores Presidentes da Assembleia. Recordou também que exatamente há quatro anos atrás, o seu antecessor Frederico Pereira, também em véspera de eleições, tivesse pedido com humor e ponderação tinha pedido que os Partidos, os Executivos, os Presidente de Junta, todos os Eleitos, tivessem alguma latitude adicional e não trouxessem bandeiras e estandartes porque a campanha seguia lá fora. Na altura tinha sorrido, e era com um sorriso que iria dar alguma latitude na Informação Escrita e pedia que as intervenções fossem feitas sem estandartes e sem bandeiras, mas com toda a liberdade. Anunciou os pedidos de suspensão e de substituição:

Assembleia Municipal - Pedidos de suspensão
Carlos Humberto, substituído por Ricardo Teixeira
Assembleia Municipal - Pedidos de substituição
Rui de Carvalho substituído por Ana Sofia Lopes
Rogério da Ponte substituído por Sílvia Ratão
Ana Santos substituído por Pedro Matos
Paulo de Deus substituído por Macário Dias
Rosalina Carmona substituída por Sílvia Baião
Susana Ramalho substituída por José Carlos Marques
Carla Aguiar substituída por Pedro Matos
Antonieta Bodziony substituída por Dinis Borges
José Paleta substituído por Nuno Eliseu
Câmara Municipal - Pedidos de substituição
João Pintassilgo substituído por Zélia Silva
Bruno Vitorino substituído por Eduardo Correia
Rui Lopo substituído por Alexandra Silvestre
Sofia Martins substituída por Pedro Estrela

Estiveram presentes trinta e um deputados, conforme lista de presenças inserta na Ata, como **anexo IX**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, questionou se o Deputado David Rodrigues poderia compensar a Mesa até à chegada do Deputado André Antunes, não houve oposição. Fez questão de, na pessoa do Vereador João Pintassilgo e do Deputado José Paleta deixar o seu agradecimento a todos aqueles que não eram



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recandidatos, por os considerar dois democratas que não partilhando da mesma visão, se tinham respeitado, e feito sempre respeitar.

Foi coadjuvado nos trabalhos pela Deputada Filipa Pinto e pelo Deputado André Antunes, respetivamente primeira Secretária e segundo Secretário da Mesa.

3.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ARTIGO 25º, Nº 2, ALÍNEA C), DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - Anexo X.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, destacou e registou com agrado, o culminar do processo de formalização das duas equipas de intervenção permanente, das duas Corporações de Bombeiros, devidamente protocoladas com a entidade de Emergência e Proteção Civil, encontrando-se uma delas, os Bombeiros Voluntários de Sul e Sueste já em pleno funcionamento enquanto tal. Junto das duas Corporações tinha manifestado disponibilidade para uma terceira equipa em cada corporação. Deu nota do seu reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que tinham integrado a Comissão Municipal de Proteção Civil, e a todas as entidades que, nos últimos dois anos tinham provado que o Barreiro, tinha profissionais de excelência nas mais diversas áreas, que nos momentos difíceis não se tinham deixado abalar e tinham tido capacidade de interajuda.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, interveio politicamente para frisar que já em tempos se tinha pronunciado, mas, para contrariar a mentira e a insidia, iria fazer nova intervenção sobre o famoso “edifício André Pinotes Batista”, para esclarecer quem assistia em casa e para memória futura. As instalações ocupadas pela Assembleia Municipal do Barreiro eram para uso residencial e arrendadas pela Câmara Municipal. O anterior Presidente Carlos Humberto tinha sido confrontado pelos senhorios, com um processo em tribunal, que tinha sido perdido e em virtude disso o arrendamento muito encarecido. Nenhum dos partidos, por falta de condições tinha usado as instalações durante quatro anos e nunca tinha pedido para se desenvolver esforços no sentido de novas instalações. A verdade é que iria cessar funções e o próximo Presidente, iria ser confrontado novamente com instalações com falta de condições de trabalho e sem condições de receber alguém. Apelou a que, todos os deputados da Assembleia, que no decurso das reuniões, nas redes sociais, nas campanhas eleitorais e no Mandato seguinte, não fossem cúmplices ativos nem passivos da mentira, porque todos eram democratas e a Assembleia Municipal precisava de condições, fosse qual fosse o Partido que a liderasse. O Presidente da Câmara Municipal tinha permitido que a Assembleia tivesse escrutinado o seu trabalho, tinha cooperado e a Assembleia Municipal tinha tido respeito pelo Órgão Câmara e a Câmara pelo Órgão Assembleia Municipal.

O Deputado Francisco Alves, deu como nota que Bloco de Esquerda, iria manter o registo de na presente Reunião não fazer campanha eleitoral. Pediu informação sobre o ponto de situação da substituição das coberturas de fibrocimento nas escolas e esclarecimento sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que segundo pesquisa feita não estava em vigor, tema relevante considerando o património valioso da Mata da Machada.

O Deputado Durval Salema, questionou se estava previsto em colaboração com outras entidades, o acolhimento a cidadãos afegãos. Atendendo à aquisição de velocípedes para cedência PSP, deixou a sugestão de aquisição e cedência de leitores de microchips para detetar animais realmente perdidos, e entregá-los rapidamente aos seus



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsáveis. Questionou o ponto de situação do processo do Centro de Saúde do Alto do Seixalinho. Saudou a execução sem ser de forma secreta do Programa CED, ao qual faltava a parte dos abrigos. Chamou a atenção de que o agendamento das esterilizações das colónias estava a ser agendado para outubro e, havendo dois veterinários municipais, questionou se o prazo não poderia ser abreviado. Chamou a atenção de que na Agenda do Município, onde constavam todos os equipamentos úteis do Município, nada era referido em relação à Quinta do Mião, nem nada referente à parte animal. Questionou também o ponto de situação dos postos de carregamento de viaturas elétricas e a localização dos mesmos, bem como da candidatura para aquisição de equipamento para estacionamento de bicicletas, quantidades e localização. Pediu dados sobre a utilização da aplicação Aqui Barreiro e a percentagem de respostas dadas. Alertou para a necessidade de um terminal de multibanco no Alto do Seixalinho, na zona da “Santinha” e para a necessidade de verificar permanentemente os espaços de regas, redirecionando-os para evitar desperdícios de água. Perguntou qual a percentagem de trabalhadores da Câmara Municipal, em regime de teletrabalho.

O Deputado Ricardo Teixeira, questionou se já estava regularizada a situação dos salários em atraso dos professores de natação e se estavam a tomar diligências junto do Governo, no sentido de ser ele a assumir a diferença de valor previsto nas candidaturas feitas para retirada de amianto das escolas e o valor da adjudicação.

A Deputada Sílvia Ratão, afirmou que os objetivos no aspeto da recolha do lixo tinham ficado longe de serem atingidos, sendo por isso necessário fazer algumas alterações, que era inconcebível ver água a correr e buracos sinalizados na via pública, sem solução e as carreiras dos TCB a falhar com intenção de cumprir horários. “É possível fazer mais e o PSD está pronto para trabalhar, assumindo esse compromisso.”, disse.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, sobre a questão da Mata da Machada, respondeu que o Barreiro tinha uma gestão intermunicipal da floresta Barreiro/Moita, sendo esta última a responsável pela sua presidência em dois mil e vinte e um. O Plano estava a ser atualizado e adaptado em contexto de pandemia e iria estar vigente, até que o novo viesse substituir. No entanto considerou que mais importante era o posicionamento de meios efetivos e o reforço feito com os Postos Avançados da Mata da Machada e de Santo António da Charneca, em que respetivamente estavam posicionados o Corpo de Salvação Pública e o Corpo de Sul e Sueste que em colaboração, tinham tido capacidade de resposta mais rápida e com meios em regime de proximidade.

A Vereadora Sara Ferreira, deu a conhecer a situação do processo da substituição das coberturas de fibrocimento nas escolas, que seria concluído até ao final do ano, e que, o valor diferente existente em relação às candidaturas iria ser assumido pela Câmara, por dizer respeito a trabalhos a mais. Em relação aos refugiados não havia nada protocolado com as entidades competentes, mas havendo necessidade, o Barreiro iria acolher com a maior dignidade e o acompanhamento possível. No início do Mandato tinham sido entregues microchips à PSP e GNR. Não tinha havido secretismo em relação ao Programa CDE, várias vezes tinha nele falado, apenas tinham começado a trabalhar com as colónias já sinalizadas. Os abrigos estavam em construção e iriam ser colocados em breve nas colónias. As esterilizações continuavam a ser feitas, talvez com menos solidez de trabalho, pois o Veterinário Municipal tinha que conciliar essa tarefa, com a sua atividade normal. A Agenda 2830, mostrada pelo Deputado Durval Salema, por ser uma agenda de eventos, não estava vocacionada para contactos, no entanto se achasse por bem, poderia ser incluída a informação da Quinta do Mião. Esclareceu que a responsabilidade do pagamento de salários aos professores de natação, não era da



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal, mas da empresa com que tinha um ajuste direto e a situação já estava regularizada.

O Vereador Rui Braga, informou que o dossier do Centro de Saúde aguardava o envio do layout final do projeto de arquitetura por parte da ARS, para fechar o processo administrativo e lançar o concurso público, pelo que o Executivo seguinte ficaria com o dossier fechado. Ficou de partilhar a localização dos postos de carregamento que já estava definida, os primeiros dez aguardavam autorização por parte da EDP. Tinha entendido a intenção e o tom eleitoralista da intervenção do PSD, concordava com a questão dos resíduos. O próximo Executivo iria ter um grande desafio com a recolha de bio resíduos, internamente já estava a ser desenhada a estratégia para implementar essa recolha adicional. Considerou positiva a mudança da recolha tradicional no Alto do Seixalinho, e estava convencido de que o sistema deveria ser alargado a toda a área urbana da Cidade. O processo de adaptação nalguns casos estava a ser difícil, mas estava convencido de que, comunicando melhor com a população e com a sua colaboração, se iria conseguir ultrapassar. Pelo facto de o Barreiro ter estado numa permanente renovação, e pelo facto de se ter optado por utilizar recursos internos nas obras, em especial com a Equipa das Águas que tinha trabalhado em conjunto com os empreiteiros, a capacidade da Autarquia em dar resposta às questões do dia a dia tinha diminuído. No entanto, estava convencido de que com o reforço de recursos humanos na Autarquia que vinha sendo feito e o alívio nas grandes obras realizadas, a situação seria estabilizada. Estendeu a todos os técnicos e operacionais da Autarquia com que tinha trabalhado, o seu reconhecimento e agradecimento, por terem sido incansáveis e inexcedíveis.

O Deputado Durval Salema, identificou departamentos e serviços da Câmara Municipal cujos contactos estavam mencionados na agenda de eventos, e pediu esclarecimento de quais os eventos culturais que lá ocorriam.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, saudou todos os serviços técnicos e operacionais da Câmara Municipal do Barreiro, que tinham sido inexcedíveis, durante um Mandato extraordinariamente difícil, e, em particular todos os trabalhadores e trabalhadoras da União de Freguesias de Barreiro/Lavradio pela capacidade de trabalho, pela disponibilidade e por terem mostrado tão bem o que é serviço público. Saudou o Futebol Clube Beira Mar pela comemoração do 64º Aniversário, e a Vereadora Sara Ferreira por ter sido incansável na resolução do problema que se arrastava há muito tempo, nas instalações da Sede do Clube e de equipamento no seu Polidesportivo.

O Deputado José Caetano, deu a conhecer que seria a sua última intervenção na Assembleia Municipal, ao fim de dezasseis anos de participação política constante, experiência que considerou interessante. Tinha procurado sempre, transmitir a opinião, interpretação e solução que entendia para os problemas do Barreiro, sem pôr em causa o carácter ou o comportamento individual e pessoal de ninguém, e pediu desculpa a quem se tivesse melindrado com alguma intervenção. Desejou que a Assembleia Municipal continuasse a ser um espaço de confronto de ideias e a contribuir para o engrandecimento do Barreiro. Referiu que ao longo dos anos, nas campanhas eleitorais a CDU tinha sido confrontada pelo PS e PSD, sobre a resolução de problema no Barreiro, quando neste Mandato nada tinha sido feito em relação ao Barreiro Velho, lembrou a situação do PDM, da baixa do IMI, da fatura da água, do tratamento desigual dos Bombeiros por parte da Câmara Municipal, das AUGIS paralelamente ao agravamento significativo do endividamento do Município, a atitude subserviente junto da Administração Central sobre o Aeroporto, e a tentativa de venda da Quinta do



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Braamcamp, concluindo que do ponto de vista estratégico, o Mandato não tinha contribuído para que o Barreiro desse um passo em frente e voltasse a ser um Concelho de vanguarda.

O Deputado Isidro Heitor, referiu como atípico o Mandato que estava a terminar, por metade dele ter decorrido em tempo de pandemia, com todas as consequências daí advindas, considerou que o Município tinha estado bem e elogiou todos os Vereadores que tinham contribuído para ter em conta a saúde dos cidadãos do Barreiro. Realçou o que o Deputado José Caetano tinha dito, sobre a Assembleia ser o fórum de debate político onde se expressavam opiniões e posições, mas na sua perspetiva, nenhum partido tinha o monopólio da sabedoria, nem nenhuma democracia funcionava sem concessões, o que queria dizer que os partidos tinham verdades com um v pequeno, e para chegar à verdade com um v grande era preciso por vezes, fazer algumas concessões para se encontrar a melhor solução. A Assembleia Municipal do Barreiro tinha conseguido isso em algumas situações, a bem do Município do Barreiro e a bem dos barreirenses. Manifestou o seu agradecimento e reconhecimento à Bancada do PAN na pessoa de Durval Salema, à Bancada do BE na pessoa de Francisco Alves, à Bancada do PSD na pessoa de Vítor Castro Nunes, à Bancada da CDU nas pessoas de José Paleta e José Caetano, Dulce Reis, Ricardo Teixeira e Susana Ramalho, ao Grupo Municipal do MCI na pessoa de Naciolinda Silvestre e aos Presidentes de Junta, Gabriela Soares, Carlos Raposinho e Isabel Ferreira e, aos seus colegas de Bancada que tinham conseguido apoiar o Executivo nas medidas essenciais submetidas à Assembleia. Finalmente, agradeceu ao Vereador Bruno Vitorino do PSD, à CDU na pessoa de Sofia Martins, e ao Presidente da Assembleia Municipal. Considerou importante que o Executivo esclarecesse como tinha encontrado o PDM, o que tinha feito e o estado em que iria ficar para o próximo Executivo. Desmentiu as afirmações feitas pelo Deputado José Caetano acerca do IMI e da fatura da água. Agradeceu ao Executivo PS na pessoa de João Pintassilgo, Sara Ferreira, Rui Braga e Frederico Rosa o trabalho e dedicação, e deixou uma palavra especial de solidariedade, aos dois últimos, pelos ataques de que tinham sido vítimas nas redes sociais, ao longo do Mandato.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, subscreveu as palavras que o Deputado Isidro Heitor tinha dirigido à Vereadora Sofia Martins e agradeceu a amabilidade das que lhe tinham sido dirigidas.

O Deputado Isidro Heitor, referiu a sua intervenção como de cariz pessoal, começando por agradecer ao seu Partido e aos seus camaradas a confiança e valores que defendia. Manifestou orgulho pelo que tinha visto na candidatura à ANAM e agradeceu ao Presidente da Assembleia por ter quebrado uma tradição e convidado uma força minoritária a estar na Mesa, experiência que considerou enriquecedora, por lhe ter permitido conhecer realidades do Barreiro e considerou que deveria ser alargada a outras forças minoritárias. Considerou ter havido uma evolução no funcionamento do Órgão e fez votos de que a mesma continuasse. Lamentou ver partir pessoas tão valiosas e fez votos de que, quem substituísse, fosse tão ou mais valioso ainda, porque se iria entrar no novo paradigma de ter forças não democráticas na Assembleia, e por isso, desenvolver um trabalho diferente. Saudou a liberdade de expressão que sempre tinha havido na Assembleia, da qual se orgulhava.

A Deputada Ana Teresa Xavier, enunciou os valores da recolha de resíduos urbanos referidos na página 52, e questionou se era gralha, ou então a que se devia o aumento de quarenta por cento.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Vítor Castro Nunes, apresentou os cumprimentos do Grupo Municipal do PSD a todos os Partidos sem exceção, manifestou estima por todos, elogiou o Presidente da Assembleia Municipal e o Deputado Isidro Heitor, despediu-se de Ricardo Teixeira, José Caetano e de José Paleta, que estavam de partida, desejou que todas as forças representadas se mantivessem e afirmou ser um gosto participar na Assembleia, mais ainda quando conseguia ser construtiva para a qualidade de vida dos barreirenses. Pediu o ponto de situação das seguintes questões que iriam transitar para o Mandato seguinte: Travessia Barreiro/Seixal; Terceira Travessia do Tejo; Projeto de Trabalhos no Barreiro Velho; vínculos assumidos na intervenção do Programa da Caldeira Grande; PDM; entendimentos havidos com os candidatos à Quinta do Braamcamp. Politicamente o PSD entendia que a obra no Armazém de Víveres, não era prioritária atendendo ao facto de existirem famílias a viver em condições indignas e reconhecia que os ataques pessoais, não eram legítimos.

O Vereador Rui Braga, manifestou o seu respeito por todos e disse ao Deputado José Caetano que apesar de discordar a maior parte das vezes pelas suas opiniões, também lhe tinha um imenso respeito e, pela parte que lhe tocava não tinha que pedir desculpa. Respondeu às questões que o Deputado tinha colocado: AUGIS - enunciou o que tinha sido feito e o que estava em execução, considerando ter sido um bom trabalho e explicou o que tinha acontecido com as bacias de retenção; PDM - referiu que o impacto da pandemia provocara um ano de atraso no processo e recordou o trabalho que tinha sido feito em prol do mesmo; Barreiro Velho - o Executivo tinha colocado à Câmara e à Assembleia uma proposta no sentido de direcionar investimento para desenhar um projeto final de requalificação da zona pública do mesmo, permitindo assim, que o próximo Executivo tivesse um financiamento para alavancar ao PV2030 ou ao PRR; afirmou estar convicto de que a Ponte Barreiro/Seixal seria uma realidade; o Executivo continuava com unhas e dentes a defender a opção Barreiro/Chelas; Caldeira Grande - a aguardar que a APA contratualizasse os dois milhões; Braamcamp - o processo continuava a aguardar a decisão do juiz, continuava com a convicção de sempre e não tinha conhecimento oficial de nenhum volte-face por parte dos candidatos. Infelizmente o aumento na TGR não era gralha, devia-se à evolução acentuada nos preços por tonelada e ao aumento de produção de resíduos, o próximo Executivo iria enfrentar outro grande desafio, a adaptação a bio resíduos, confiante também, que se iria dar a resposta adequada.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, comentou que gostaria que, para além do projeto do espaço público do Barreiro Velho, se estivesse também a equacionar a habitação, se o Executivo da CDU em dois mil e quinze, não tivesse recusado a exercer o direito de opção de compra de doze lotes de imóveis. Fez o historial do que tinha acontecido. Desmentiu as declarações feitas sobre as obras realizadas á custa de deixar de pagar a fornecedores, pois o prazo médio de pagamento estava num mínimo histórico da Câmara Municipal do Barreiro, de dez dias. Contestou a acusação de aumento do endividamento comparou valores com e sem os TCB incluídos, provando que a taxa de endividamento tinha baixado, em relação a dois mil e dezassete. Acrescentou que desde a tomada de posse, a liquidez da Autarquia tinha triplicado e a liquidez reduzida, tinha praticamente quadruplicado, sendo esta a verdade dos factos, registada em documentos oficiais certificados, votadas em Câmara e Assembleia Municipal.

O Deputado Ricardo Teixeira, respondeu que em dois mil e quinze não tinha sido possível exercer o direito de opção, por ser um leilão deserto, e que novamente, os rácios tinham sido comparados em POCAL e em SNCAP. Em relação ao endividamento referiu que tinham sido aprovados vários empréstimos, que não estavam contratualizados, se



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não estavam a pensar em não usar esses empréstimos, então porque tinham sido aprovados.

O Deputado José Caetano, citou uma afirmação do General Vasco Gonçalves sobre a necessidade da íntima ligação da ética e da moral à política, pois quando se utilizava a não verdade para a fazer, contribuía-se para o definhamento da democracia no País. Acrescentou que as intervenções deveriam ser corretas e feitas com rigor, pois não era verdade quando se dizia que a Câmara Municipal não tinha assumido o direito de preferência na venda dos imóveis em dois mil e quinze, não era verdade o que tinha sido dito sobre valor previsto gastar nas obras da Esquadra da PSP, nem era verdade que a Empresa SOGENAVE fosse de imediato construir as suas novas instalações em Palhais, e argumentou. Lamentou que a “Muleta” não tivesse participado na iniciativa promovida pela Igreja Católica no dia quinze de agosto, facto cuja responsabilidade apontou à incapacidade de a Câmara Municipal concretizar compromissos assumidos.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, comentou que o Deputado José Caetano, com a sua intervenção tinha dado uma nota de humor e desanuviado o ambiente. Lembrou que todos os empréstimos contraídos no atual Mandato tinham sido para investimento, sufragados em Câmara e Assembleia Municipal e nenhum, como no tempo da CDU, para comprar um barco, investimento feito em tempo de crise, que se tinha revelado escasso, pois se tinham esquecido do pontão, da mão de obra e da tripulação. Lembrou também as iniciativas que a CDU tinha feito para a SOGENAVE se instalar no Barreiro, e que a candidatura que a empresa tinha apresentado, projetava o fim da construção para dois mil e vinte e três e fez o ponto de situação da mesma. “Eu, certamente para a CDU serei o Presidente mais incompetente de sempre. Fiz tudo o oposto do que os senhores fizeram, assumo! Mas para quem se revê num projeto diferente daqueles que vocês apresentaram ao longo de doze anos, certamente possam ter outra opinião. É muito importante falar verdade, mas eu digo-lhe Senhor Deputado José Caetano da CDU, comece por si.”, terminou.

3.4 ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DO BARREIRO

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, deu a conhecer que o ponto, por natureza regimental teria uma Grelha C, mas a pedido de todos os Partidos iria ter mais tempo, pois tinha sido atribuída uma Grelha B.

A Vereadora Sara Ferreira, explicou que, no âmbito da nova geração de políticas de habitação, tinha sido instituído um instrumento denominado Primeiro Direito, que obrigava os Municípios a definir a sua estratégia local de habitação para a ele poder concorrer, e cujo objetivo era resolver necessidades prementes de habitação, a chamada habitação social. O diagnóstico tinha como base a realidade em dois mil e dezanove, mas, sendo a estratégia um documento dinâmico, poderia ser revisto e adaptado a novas realidades. O objetivo era a requalificação de todo o parque habitacional da Quinta da Mina, do Bairro Alves Redol e de vários focos dispersos no Concelho. Residiam em habitações públicas quatrocentas famílias, sendo necessária alternativa habitacional para mais trezentas e trinta e sete famílias, pelo que a atuação iria no sentido de adquirir duzentos e cinquenta e nove fogos devolutos, para reabilitar e atribuir em concurso, requalificar dezasseis que, sendo do Município estavam sem condições de atribuir e construir sessenta e dois para dar resposta às necessidades da Quinta da Amoreira. Tinha sido incluído o Bairro 25 de Abril, para permitir ao Instituto de Gestão Financeira requerer o instrumento e requalificar as suas casas para as pessoas não ficarem prejudicadas. O valor apontado era muito avultado na ordem dos setenta e dois milhões, novecentos e onze mil euros. Descreveu



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as entidades que tinham colaborado com os Serviços Municipais na concessão do documento.

O Deputado Francisco Alves, registou a posição do Bloco de Esquerda, procedendo à leitura do documento inserto na Ata como **anexo XI**.

O Deputado Durval Salema, deu a conhecer a posição do Grupo Municipal do PAN, fazendo a leitura do documento inserto na Ata como **anexo XII**.

O Deputado Ricardo Teixeira, lamentou que num documento tão importante, não tivesse havido um debate amplo com todas as forças políticas. Não era a estratégia local de habitação defendida pela CDU, discordavam de algumas questões nomeadamente Bairro Alves Redol, e construção de nova habitação em prol da aquisição de habitação já existente, mas para que se pudesse ter uma estratégia, o Grupo Municipal da CDU iria abster-se.

O Deputado Vítor Castro Nunes, referiu que o documento tinha sido feito à pressa, com o intuito de poder concorrer ao Primeiro Direito e ao PRR, sem conter estratégia de habitação para o Concelho. O próximo Executivo e Assembleia Municipal teriam que aprofundar o debate, pois estavam em causa decisões que condicionavam o futuro. Comentou que se falava do edifício para a Assembleia Municipal e de obras sumptuárias, quando milhares de pessoas viviam no Município em condições indignas, após vinte e um anos de mandatos da CDU e do Partido Socialista. O PSD não tinha inviabilizado a proposta na Câmara, nem iria inviabilizar na Assembleia por ser necessário recorrer aos fundos, esperando que o próximo Executivo e Assembleia Municipal avocassem a matéria e definissem uma política de habitação social e pública.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, considerou que a intervenção do Deputado Vítor Castro Nunes não tinha sido perniciosa, mas poderia ter criado alguma confusão nas pessoas e esclareceu que não havia nenhum edifício para a Assembleia Municipal. Tinha sido “falado”, reabilitar um imóvel de património ferroviário para uso de serviços da Câmara Municipal do Barreiro, que incluíam por exemplo, os Serviços do Vereador Bruno Vitorino, o arquivo municipal, uma exposição permanente de cultura ou desporto e também as instalações da Assembleia Municipal, além de reabilitar a zona envolvente, intervenção já feita, que tinha permitido a reabilitação de um prédio devoluto na zona. A Assembleia Municipal precisava de instalações muito mais para os partidos lá representados, do que para o seu Presidente.

O Deputado Vítor Castro Nunes, respondeu que não iria alimentar a campanha de vitimização do Presidente da Assembleia Municipal, o que estava em causa era um investimento que quer pessoalmente, quer o PSD, não considerava prioritário em comparação com a situação de pessoas que viviam em condições indignas, ainda mais por ser feito em património das Infraestruturas de Portugal. Pediu desculpa se tinha causado alguma confusão, não era essa a intenção, apenas tinha exposto a visão política sobre a matéria.

O Deputado Luís Cerqueira, comentou que reabilitar habitação social e património público, não era depreciativo em relação àquilo que era a Administração Pública ter ou não competências, estar ou não preparada para o fazer, portanto não lhe parecia credível a ideia de que não tivesse condições ou não estivesse preparada para o fazer. Felicitou o Município pela coragem de aumentar em sessenta por cento, o parque habitacional para habitação social e o chamar a si das responsabilidades. Manifestou agrado pela reabilitação que estava a ocorrer no parque habitacional privado.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Vítor Castro Nunes, respondeu ao Deputado Luís Pedro Cerqueira que não tinha dito que o Município ou o Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social não eram capazes de reabilitar o seu património, apenas tinha dito que não o tinham feito. Também não tinha dito que achava mal o reforço da quantidade de habitação social. Chamou a atenção que os números apontados eram pré-pandemia, pelo que a necessidade deveria ser muito superior e que haveria endividamento, mesmo com a comparticipação do Primeiro Direito e o eventual PRR. O futuro Executivo e a futura Assembleia Municipal teriam que ter a certeza de não só reabilitar a habitação social, como gerar oportunidade para as pessoas que vão viver na habitação social, oportunidade para o Barreiro crescer, a certeza de ter meios para conservar esse edificado e não acontecer o que tinha acontecido no Bairro Alves Redol.

O Deputado Isidro Heitor, constatou estar a haver consenso por parte de todas as forças políticas, quanto à importância da habitação social, quando ao longo de décadas parecia não ter sido uma prioridade do Município. Questionou como é que o Bloco de Esquerda financiava as intenções que tinha expresso, considerou-as irrealistas e teceu comentários sobre a mesmas. Considerou o documento como uma boa base de partida, aberto, passível de ser atualizado, com uma estratégia essencial, continha os contributos de várias instituições. Tinha sido aprovado em Câmara Municipal, e, se aprovado em Assembleia Municipal, iria permitir montar uma estratégia para recorrer ao Primeiro Direito e ao PRR, pelo que a Bancada do Partido Socialista o considerava importante.

A Vereadora Sara Ferreira, esclareceu que a designação do documento era Estratégia Local de Habitação, mas incidia essencialmente sobre as necessidades do Primeiro Direito. Outra coisa era a Carta Municipal de Habitação, documento que teria que integrar o PDM, e aí sim, teria de ser feito um diagnóstico e definida a estratégia das necessidades de habitação no Concelho. O documento em construção desde dois mil e dezoito, tinha sido atrasado pela pandemia, explicou os constrangimentos havidos e refutou as afirmações de que o documento tivesse sido feito à pressa em final de mandato. Registou o documento como dinâmico, uma base de partida, a ser protocolado com o IRU e novamente apresentado em Câmara. A estratégia em relação à Quinta da Mina estava em aberto e não havia nenhuma obrigatoriedade na aquisição de fogos devolutos nos núcleos antigos da Cidade. Não havia certeza as carências estavam atualizadas, pois tinha sido preciso balizar uma data para começar a trabalhar, com a expectativa de financiamento a cem por cento do PR pudesse ser concretizado. Deixou uma palavra a todos os deputados municipais que cessavam funções, nem sempre a Cidade reconhecia a importância da Assembleia Municipal como o grande Órgão deliberativo, nem o trabalho dos seus deputados, que faziam sempre o que achavam melhor para o Barreiro. Aos deputados que ficavam desejou boa sorte.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, agradeceu o contributo que todos os deputados tinham dado para que se tornasse melhor Presidente ao longo do Mandato, e pediu desculpa por algum erro ou alguma injustiça que pudesse ter cometido. Apesar de ter sido a vontade popular a fazer dele o candidato mais votado, não esquecia que tinham sido os deputados a elegê-lo para a função, esperava ter sido justo e interventivo e um democrata no qual se tivessem revisto. Endereçou a todos um cumprimento democrático.

Colocado à votação o ponto 3.4 foi:

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS(14) e MCI(1) e abstenção da CDU(9), do PSD(3), do BE(2), do PAN(1) - Deliberação N.º 63/2021



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Colocada à votação a Ata N.º 04/2021 foi:

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS(14), da CDU(9), BE(2), PAN(1) e MCI(1) e abstenção do PSD(3) - Deliberação N.º 64/2021

O Presidente da Assembleia Municipal, **André Pinotes Batista**, deixou como sugestão ao futuro Presidente da Assembleia Municipal, que a Ata da Sessão em curso fosse votada com a abstenção dos deputados nela não presentes, na primeira reunião do Mandato seguinte.

O Deputado André Antunes, em funções de Primeiro Secretário, procedeu à leitura sucinta da Ata em Minuta, que foi:

Aprovada por unanimidade – anexo XIII.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, às zero horas e trinta minutos do dia oito de setembro de dois mil e vinte e um.

A gravação áudio, encontra-se disponível nos Serviços da Assembleia Municipal do Barreiro e o seu registo de vídeo em,

https://www.youtube.com/channel/UCNgNhQ5vjOIWztG0_3NvEVA

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que, após lida e aprovada por maioria na quinta Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2021, realizada no dia 20 de janeiro de 2022, vai ser assinada por mim Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Assistente Técnica,


André Alexandre Pinotes Batista


Filomena Neves

